

## ANEXO

**Este artigo segue as normas da Revista Brasileira de Iniciação Científica (RBIC).**

Disponível em: < <https://periodicoscientificos.itp.ifsp.edu.br/index.php/rbic/about/submissions> >.

### Condições para submissão

- Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.
- A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, deve-se justificar em "Comentários ao editor".
- O arquivo da submissão está em formato Microsoft Word.
- Onde disponível, os URLs para as referências foram fornecidos.
- O texto está fonte Times New Roman tamanho 12, com espaço entrelinhas de 1,5, alinhamento justificado, recuo da primeira linha do parágrafo de 1,25cm; as figuras e tabelas estão inseridas no texto.
- O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em Diretrizes para Autores, na página Sobre a Revista.
- **ATENÇÃO AO SUBMETER SEU TEXTO PARA A REVISTA!**

Os trabalhos que não cumprirem as DIRETRIZES PARA AUTORES (ENVIO DE ARTIGOS), bem como, o preenchimento dos METADADOS, tais como: Título apenas a primeira letra em maiúsculo (NÃO INSERIR EM MAIÚSCULO TOTAL); palavras-chave, dados de todos os autores e os demais campos de indexação, terão seus TRABALHOS ARQUIVADOS. Submissões que não usarem o MODELO DE ARTIGOS disponível na página da RBIC terão seus TRABALHOS ARQUIVADOS. É obrigatório a inclusão do histórico escolar do aluno/autor. Todo trabalho que não seguir rigorosamente as normas de submissão, terão seus TRABALHOS ARQUIVADOS!

- As submissões podem ser feitas continuamente. Os trabalhos submetidos devem ser artigos técnico-científicos, elaborados por estudantes de cursos técnicos ou alunos de graduação, sendo obrigatória a participação de professor/orientador como autor. Deve-se incluir como documento complementar histórico escolar do/a primeiro/a autor/a. Caso a submissão seja feita por egresso de curso técnico ou superior, esta somente poderá ser feita até 4 meses após a conclusão do curso.
- Entende-se como autor todo aquele que tenha efetivamente participado da concepção do estudo, do desenvolvimento, análise e interpretação dos dados e da redação final. O número total de autores é quatro, incluindo o professor/orientador. É permitida a participação de no MÁXIMO 2 professores/orientadores por artigo.
- Idiomas: os artigos poderão ser redigidos em português, espanhol ou inglês.
- Todos os autores do artigo devem ser identificados no ato da submissão. Em NENHUMA hipótese serão acrescentados nomes após o início da avaliação. A inclusão ou exclusão de autores depois da primeira submissão é motivo para rejeição e arquivamento do artigo .
- Será respeitado o prazo de 12 meses para que seja publicado outro artigo do mesmo autor.
- A submissão está de acordo com o Código de Boas Práticas Científicas publicado pela FAPESP (2014), disponível em: [http://www.fapesp.br/boaspraticas/FAPESP-Codigo\\_de\\_Boas\\_Praticas\\_Cientificas\\_2014.pdf](http://www.fapesp.br/boaspraticas/FAPESP-Codigo_de_Boas_Praticas_Cientificas_2014.pdf) - acesso 19. nov. 2015.
- O artigo respeita a ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS, conforme a resolução CNS 07/2016 <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. De acordo com a Resolução nº 466/12 e a Resolução n. 510/16, “toda pesquisa envolvendo seres humanos deve ser submetida à apreciação de um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)”, de forma que, caso receba sua aprovação, possa ser iniciada em seguida a coleta de dados, conforme prevê a resolução.  
A aprovação em comitê específico (Comitê de Ética em Pesquisa - CEP) sobre a qual o artigo se refere é de inteira responsabilidade dos autores.  
É obrigatório indicar na metodologia as informações sobre a aprovação no CEP.  
É obrigatório incluir em documentos suplementares o documento de aprovação da

pesquisa pelo CEP.

RESOLUÇÃO Nº 510, 07 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, na forma definida nesta Resolução. Parágrafo único.

Não serão registradas nem avaliadas pelo sistema CEP/CONEP:

I – pesquisa de opinião pública com participantes não identificados;

II – pesquisa que utilize informações de acesso público, nos termos da Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011;

III – pesquisa que utilize informações de domínio público;

IV - pesquisa censitária;

V - pesquisa com bancos de dados, cujas informações são agregadas, sem possibilidade de identificação individual;

VI - pesquisa realizada exclusivamente com textos científicos para revisão da literatura científica;

VII - pesquisa que objetiva o aprofundamento teórico de situações que emergem espontânea e contingencialmente na prática profissional, desde que não revelem dados que possam identificar o sujeito;

VIII – atividade realizada com o intuito exclusivamente de educação, ensino ou treinamento sem finalidade de pesquisa científica, de alunos de graduação, de curso técnico, ou de profissionais em especialização.

§ 1º Não se enquadram no inciso antecedente os Trabalhos de Conclusão de Curso, monografias e similares, devendo-se, nestes casos, apresentar o protocolo de pesquisa ao sistema CEP/CONEP;

§ 2º Caso, durante o planejamento ou a execução da atividade de educação, ensino ou treinamento surja a intenção de incorporação dos resultados dessas atividades em um projeto de pesquisa, dever-se-á, de forma obrigatória, apresentar o protocolo de pesquisa ao sistema CEP/CONEP.

- O artigo tem, no máximo, 04 autores, incluindo a participação de um professor orientador. Cada artigo deve ter no máximo 2 professores/orientadores como autores. Trabalhos com mais do que 2 professores serão arquivados.
- Será incluído o histórico escolar do/a primeiro/a autor/a em documento suplementar
- Salientamos que plágio acadêmico em qualquer nível é crime, fere a legislação brasileira no artigo 184 do Código Penal e no artigo 7º parágrafo terceiro da lei 9.610-98 que regulamente o direito autoral, constituindo-se assim matéria cível e penal. Todos os artigos antes de serem enviados para avaliação dos pareceristas são verificados no CopySpider.
- É obrigatório a inclusão do ORCID de todos os autores no artigo e também no metadados.

Importante frisar que os autores devem incluir o orcid com a seguinte configuração  
<https://orcid.org/0000-0000-0000-0000>

O ORCID (Open Researcher and Contributor ID) é um identificador digital único e gratuito que distingue um acadêmico/pesquisador.

Faça seu cadastro em <https://orcid.org/>

- O arquivo da submissão está no MODELO DE ARTIGO da RBIC, disponível na página da revista
- A Revista declara que os conceitos e posicionamentos emitidos nos textos publicados são de inteira responsabilidade dos autores, não refletindo, necessariamente, a opinião do Corpo Editorial desta revista.
- A correção ortográfica e gramatical é de inteira responsabilidade de cada autor.
- A veracidade das informações e das citações bibliográficas é de responsabilidade exclusiva dos autores.
- Professores/orientadores que tenham artigos em processo de revisão, em que foram solicitadas alterações por parte dos pareceristas e que essas alterações não foram realizadas num prazo de no máximo dois meses, sem explicação, não poderão realizar nova submissão até regularização da submissão anterior. Todas as novas submissões do professor/orientador nesse caso serão arquivadas até a conclusão das revisões.

### Diretrizes para Autores

FAVOR LEIA COM ATENÇÃO O TEXTO WAGER, Elizabeth e KLEINERT, Sabine. Publicação responsável de pesquisa: padrões internacionais para autores. *Cad. Pesqui.* [online]. 2014, vol.44, n.151 [citado 2020-08-03], pp.219-226. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742014000100012&lng=p&t&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742014000100012&lng=p&t&nrm=iso)>. ISSN 0100-1574. <https://doi.org/10.1590/198053142845>.

### RESUMO

- A pesquisa relatada deve ter sido conduzida de forma ética e responsável e deve cumprir toda a legislação pertinente.
- Pesquisadores devem apresentar os resultados obtidos de forma clara, honesta e sem fabricação, falsificação ou manipulação inapropriada de dados.
- Pesquisadores devem se esforçar para descrever de forma clara e inequívoca os métodos utilizados, a fim de que os resultados possam ser confirmados por outros.
- Pesquisadores devem cumprir requisitos de publicação de que o trabalho apresentado é original, não é plágio e não foi publicado anteriormente.
- Autores devem assumir a responsabilidade coletiva por trabalhos submetidos e publicados.
- A autoria das publicações de pesquisa deve refletir com precisão as contribuições de indivíduos para o trabalho desenvolvido e seu relato.
- Fontes de financiamento e conflitos de interesse relevantes devem ser divulgados.

**A PUBLICAÇÃO É A FASE FINAL DA PESQUISA** e, portanto, responsabilidade de todos os pesquisadores. Espera-se que publicações acadêmicas forneçam um registro detalhado e duradouro da pesquisa. Devido ao fato de que as publicações formam a base tanto

para novas pesquisas como para aplicação dos resultados, elas podem afetar não apenas a comunidade de pesquisa, mas também, indiretamente, a sociedade em geral. Assim, os pesquisadores têm a responsabilidade de assegurar que suas publicações são honestas, claras, precisas, completas e equilibradas, e devem evitar relatórios enganosos, seletivos ou ambíguos. Editores de periódicos também têm responsabilidades para assegurar a integridade da literatura de pesquisa, como se estabelece em diretrizes correlatas.<sup>1</sup>

Este documento visa a estabelecer padrões internacionais para autores de publicações de pesquisa acadêmica e a descrever práticas responsáveis de relatórios de pesquisa. Espera-se que essas normas sejam endossadas por instituições de pesquisa, financiadores e sociedades profissionais, sejam promovidas por editores e companhias editoras, e que ajudem na formação para a integridade na pesquisa.

## **PUBLICAÇÃO RESPONSÁVEL DE PESQUISA**

### **1. CONSISTÊNCIA E CONFIABILIDADE**

1.1. A pesquisa relatada deve ter sido conduzida de forma ética e responsável e deve respeitar toda a legislação relevante. [Ver também a Declaração de Cingapura sobre Integridade em Pesquisa, disponível em inglês em: <[www.singaporestatement.org](http://www.singaporestatement.org)>]

1.2. A pesquisa relatada deve ser sólida e cuidadosamente executada.

1.3. Pesquisadores devem usar métodos adequados de análise de dados e visualização (se necessário, devem buscar e seguir conselhos de especialistas sobre o tema).

1.4. Autores devem assumir a responsabilidade coletiva pelo seu trabalho e pelo conteúdo de suas publicações. Pesquisadores devem checar suas publicações cuidadosamente em todas as etapas para assegurar que métodos e resultados sejam relatados com precisão. Os autores devem verificar cuidadosamente os manuscritos, cálculos, apresentações de dados, submissões e provas.

## 2. HONESTIDADE

2.1. Pesquisadores devem apresentar os resultados de forma honesta e sem fabricação, falsificação ou manipulação inapropriada de dados. Imagens de pesquisa (por exemplo, micrografias, raios-X, imagens de géis de eletroforese) não devem ser modificadas de forma enganosa.

2.2. Pesquisadores devem se esforçar para descrever seus métodos e apresentar seus resultados de forma clara e inequívoca. Os pesquisadores devem seguir as diretrizes aplicáveis de elaboração de relatórios. Publicações devem fornecer detalhes suficientes para permitir que experimentos sejam repetidos por outros pesquisadores.

2.3. Relatórios de pesquisa devem ser completos. Não devem omitir resultados ou conclusões inconvenientes, inconsistentes ou inexplicáveis que não corroborem as hipóteses ou interpretações de autores ou patrocinadores.

2.4. Financiadores e patrocinadores da pesquisa não devem ter o poder de vetar a publicação de resultados que não favoreçam seu produto ou posição. Os pesquisadores não devem aceitar contratos que permitam ao patrocinador da pesquisa vetar ou controlar a publicação dos resultados (salvo se houver circunstâncias excepcionais, como a pesquisa ser classificada pelos governos como de segurança nacional).

2.5. Autores devem alertar o editor tão logo descubram um erro em qualquer trabalho submetido, aceito ou publicado. Os autores devem cooperar com os editores na divulgação de correções ou retratações, quando necessário.

2.6. Autores devem mencionar o trabalho de outras pessoas com precisão em referências e citações.

2.7. Autores não devem copiar referências de outras publicações, caso não tenham lido a obra citada.

### **3. EQUILÍBRIO**

3.1. Novos resultados devem ser apresentados no contexto das pesquisas anteriores. O trabalho de outras pessoas deve ser mencionado de maneira justa. Revisões de literatura e sínteses acadêmicas de pesquisas existentes devem ser completas, equilibradas e devem incluir os resultados independentemente de corroborarem a hipótese ou a interpretação que está sendo proposta. Editoriais ou artigos de opinião que apresentem um único ponto de vista ou argumento devem ser claramente diferenciados de revisões acadêmicas.

3.2. As limitações do estudo devem ser abordadas nas publicações.

### **4. ORIGINALIDADE**

4.1. Os autores devem cumprir os requisitos de publicação de que o trabalho apresentado é original e não foi publicado anteriormente em outro idioma. O trabalho não deve ser submetido simultaneamente a mais de uma publicação, a menos que os editores tenham concordado com a coedição. Se os artigos forem coeditados, tal fato deve ser esclarecido aos leitores.

4.2. Leis e convenções aplicáveis sobre direitos autorais devem ser respeitadas. Material protegido (por exemplo, tabelas, figuras ou citações extensas) deve ser reproduzido apenas com a devida permissão e agradecimento.

4.3. Trabalhos relevantes e publicações anteriores, tanto de outros pesquisadores como de própria autoria, devem ser devidamente reconhecidos e referenciados. A literatura primária deve ser citada, quando possível.

4.4. Dados, textos, figuras ou ideias originadas de outros pesquisadores devem ser devidamente reconhecidos e não devem ser apresentados como se fossem de autoria própria. Redação original, tomada diretamente de publicações de outros pesquisadores, deve aparecer entre aspas com as citações devidas.

4.5. Autores devem informar aos editores se os resultados tiverem sido publicados anteriormente, ou se vários relatórios ou múltiplas análises de um único conjunto de dados estiverem sendo avaliados para publicação em outro periódico. Os autores devem fornecer cópias de publicações relacionadas ou trabalhos submetidos a outros periódicos.

4.6. Várias publicações resultantes de um único projeto de pesquisa devem ser claramente identificadas como tal e a publicação primária deve ser referenciada. Traduções e adaptações para diferentes públicos devem ser claramente identificadas como tais, devem reconhecer a fonte original e respeitar as convenções relevantes de direitos autorais e requisitos de permissão. Em caso de dúvida, os autores devem solicitar a autorização da editora original antes de republicar qualquer trabalho.

## **5. TRANSPARÊNCIA**

5.1. Todas as fontes de financiamento da pesquisa, incluindo apoio financeiro direto e indireto, fornecimento de equipamentos ou materiais e outros tipos de apoio (tais como especialista em estatística ou assistência na redação), devem ser divulgadas.

5.2. Autores devem revelar o papel de financiador(es) ou patrocinador(es) da pesquisa, se houver, em relação a concepção, execução, análise, interpretação e elaboração de relatórios da pesquisa.

5.3. Autores devem revelar interesses e relações financeiras e não financeiras relevantes que possam ser considerados susceptíveis de afetar a interpretação de seus resultados, ou que possam razoavelmente interessar a editores, avaliadores ou leitores. Isso inclui qualquer relação com o periódico, por exemplo, caso os editores publiquem suas pesquisas em sua própria revista. Além disso, os autores devem respeitar os requisitos institucionais e do periódico para a divulgação de interesses conflitantes.

## **6. AUTORIA E AGRADECIMENTOS APROPRIADOS**

6.1. A literatura de pesquisa serve como um registro não apenas do que foi descoberto, mas também de quem fez a descoberta. A autoria de publicações de pesquisa deve refletir com precisão as contribuições dos indivíduos para o trabalho e sua comunicação.

6.2. Nos casos em que os principais colaboradores são listados como autores, enquanto aqueles que fizeram contribuições menos substanciais, ou puramente técnicas, para a pesquisa ou para a publicação são listados em uma seção de agradecimento, os critérios de autoria e reconhecimento devem ser previamente combinados no início do projeto. O ideal é que critérios de autoria sobre um tema particular sejam combinados, publicados e consistentemente aplicados por instituições de pesquisa, associações profissionais e acadêmicas, e também por financiadores. Enquanto editores de periódicos devem publicar e promover critérios de autoria aceitos e apropriados para seu campo, não se pode esperar que os editores solucionem disputas de autoria. A responsabilidade pela correta atribuição de autoria recai sobre os próprios autores, que trabalham sob as diretrizes de sua instituição. As instituições de pesquisa devem promover e manter os padrões justos e aceitos de autoria e agradecimento. Quando necessário, as instituições devem julgar disputas de autoria e garantir que as decisões sejam respeitadas.

6.3. Os pesquisadores devem assegurar que apenas aqueles que cumpram os critérios de autoria (isto é, que deram uma contribuição substancial para o trabalho) sejam recompensados com a autoria e que autores merecedores não sejam omitidos. Instituições e editores de periódicos devem incentivar práticas que previnam autoria convidada, premiada e autoria fantasma.

**Nota:**

- autores convidados são aqueles que *não* cumprem os critérios de autoria aceitos, mas são listados como autores devido a sua antiguidade, reputação ou suposta influência;
- autores premiados são aqueles que *não* satisfazem os critérios de autoria aceitos, mas são incluídos como um favor pessoal ou em troca de pagamento;

- autores fantasmas são aqueles que satisfazem os critérios de autoria, mas não estão listados.

6.4. Todos os autores devem concordar em serem incluídos e devem aprovar as versões apresentadas e aceitas da publicação. Qualquer alteração na lista de autores deve ser aprovada por todos os autores, inclusive por qualquer um que tenha sido removido da lista. O autor correspondente deve agir como um ponto de contato entre o editor e os demais autores, e deve manter os coautores informados e envolvê-los nas principais decisões sobre a publicação (por exemplo, ao responder os comentários dos revisores).

6.5. Autores não devem utilizar os agradecimentos enganosamente para implicar uma contribuição ou aprovação por indivíduos que, de fato, não tenham se envolvido com o trabalho ou não tenham dado seu aval.

## **7. PRESTAÇÃO DE CONTAS E RESPONSABILIDADE**

7.1. Todos os autores devem ter lido e estar familiarizados com o trabalho relatado e devem assegurar que as publicações sigam os princípios estabelecidos nestas diretrizes. Na maioria dos casos, os autores deverão assumir a responsabilidade conjunta para a integridade da pesquisa e de sua comunicação. No entanto, se os autores assumem a responsabilidade apenas para certos aspectos da pesquisa e seu relatório, isso deve ser indicado na publicação.

7.2. Autores devem trabalhar com o preparador de texto ou editor para corrigir seu trabalho rapidamente se erros ou omissões forem descobertos após a publicação.

7.3. Autores devem respeitar as convenções, requisitos e regulamentos pertinentes para disponibilizar materiais, reagentes, *software* ou conjunto de dados para outros pesquisadores que os solicitem. Pesquisadores, instituições e financiadores devem ter políticas claras para lidar com tais solicitações. Os autores também devem seguir os padrões relevantes do

periódico. Embora seja esperado o agradecimento adequado, pesquisadores não devem exigir autoria como condição para compartilhar materiais.

7.4. Autores devem responder adequadamente aos comentários após a publicação e às correspondências publicadas. Devem procurar responder às perguntas dos correspondentes e fornecer esclarecimento ou detalhes adicionais, quando necessário.

## **8. ADESÃO À REVISÃO POR PARES E NORMAS PARA PUBLICAÇÃO**

8.1. Autores devem atender às exigências das editoras de que o trabalho não seja submetido para consideração a mais de uma publicação ao mesmo tempo.

8.2. Autores devem informar o editor se retirarem seu trabalho da avaliação, ou optarem por não responder aos comentários dos avaliadores depois de receber um aceite condicional.

8.3. Autores devem responder aos comentários dos avaliadores e revisores de maneira profissional e em tempo hábil.

8.4. Os autores devem respeitar as solicitações dos editores para restrições de publicação e, de modo geral, não devem permitir que seus resultados sejam noticiados na imprensa se foram aceitos (mas ainda não publicados) em uma publicação científica. Autores e suas instituições devem colaborar e cooperar com as editoras para coordenar as atividades de mídia sobre a publicação (por exemplo, *press releases* e conferências de imprensa). *Press releases* devem refletir fielmente o trabalho e não devem incluir declarações que vão além dos resultados da pesquisa.

## **9. DIVULGAÇÃO RESPONSÁVEL DE PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS OU ANIMAIS**

9.1. Antes do início da pesquisa, devem ser obtidos aprovação, autorização ou registro apropriados e os detalhes devem ser fornecidos no relatório (por exemplo, Conselho de

Revisão Institucional, aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa, autoridades nacionais para autorização de uso de animais).

9.2. Caso seja solicitado pelos editores, os autores devem fornecer provas de que a pesquisa relatada recebeu a devida aprovação e foi realizada de forma ética (por exemplo, cópias de autorizações, licenças, formulários de consentimento dos participantes).

9.3. Os pesquisadores não devem, por via de regra, publicar ou compartilhar dados individuais identificáveis coletados no curso da pesquisa sem o consentimento específico do indivíduo (ou de seu representante). Pesquisadores devem ter em consideração que muitos periódicos científicos estão agora disponíveis gratuitamente na internet, portanto devem estar atentos para não causar dano ou aborrecimento a leitores não usuais (por exemplo, os participantes da pesquisa ou seus familiares que se reconheçam a partir de estudos de caso, descrições, imagens ou *pedigrees*).

9.4. As análises estatísticas apropriadas devem ser determinadas no início do estudo e um plano para a análise de dados para resultados previamente especificados deve ser preparado e cumprido. Análises secundárias ou posteriores devem ser diferenciadas de análises primárias e daquelas estabelecidas no plano de análise de dados.

9.5. Pesquisadores devem publicar todos os resultados significativos da pesquisa que possam contribuir para o entendimento. Em especial, há uma responsabilidade ética de publicar os resultados de todos os ensaios clínicos. A publicação de estudos ou experimentos malsucedidos que rejeitaram a hipótese pode ajudar a evitar que outras pessoas percam tempo e recursos em projetos semelhantes. Se os resultados de pequenos estudos e daqueles que não conseguiram atingir resultados estatisticamente significativos puderem ser combinados para produzir informações mais úteis (metanálise, por exemplo), tais resultados devem ser publicados.

9.6. Se solicitado, os autores devem fornecer os protocolos de pesquisa para editores de periódicos (por exemplo, quanto a ensaios clínicos), de modo que os avaliadores e editores possam comparar o relatório de pesquisa com o protocolo para verificar se foi realizada

conforme o planejado e se detalhes relevantes não foram omitidos. Os pesquisadores devem cumprir os requisitos relevantes para registro de ensaios clínicos e devem incluir o número de registro de ensaio em todas as publicações decorrentes.

## **DIRETRIZES PARA AUTORES**

### **ATENÇÃO AO SUBMETER SEU TEXTO PARA A REVISTA!**

Os trabalhos que não cumprirem as DIRETRIZES PARA AUTORES (ENVIO DE ARTIGOS), bem como, o preenchimento dos METADADOS, tais como: Título apenas a primeira letra em maiúsculo (NÃO INSERIR EM MAIÚSCULO TOTAL); palavras-chave, dados de todos os autores e os demais campos de indexação, terão seus TRABALHOS ARQUIVADOS. Submissões que não usem o MODELO DE ARTIGOS disponível na página da RBIC terão seus TRABALHOS ARQUIVADOS. É obrigatório a inclusão do histórico escolar do aluno/autor. Todo trabalho que não seguir rigorosamente as normas de submissão, terão seus TRABALHOS ARQUIVADOS!

As submissões podem ser feitas continuamente. Os trabalhos submetidos devem ser artigos técnico-científicos, elaborados por estudantes de ensino médio, cursos técnicos ou alunos de graduação, sendo obrigatória a participação de professor/orientador como autor. Deve-se incluir como documento complementar histórico escolar do/a primeiro/a autor/a

Caso a submissão seja feita por egresso de curso técnico ou superior, esta somente poderá ser feita até 4 meses após a conclusão do curso.

Somente são aceitos artigos inéditos, que não tenham sido publicados em outros periódicos.

Entende-se como autor todo aquele que tenha efetivamente participado da concepção do estudo, do desenvolvimento, análise e interpretação dos dados e da redação final. O número total de autores é quatro, incluindo o professor/orientador. É permitida a participação de no MÁXIMO 2 professores/orientadores por artigo.

Idiomas: os artigos poderão ser redigidos em português, espanhol ou inglês.

Todos os autores do artigo devem ser identificados no ato da submissão. Em NENHUMA hipótese serão acrescentados nomes após o início da avaliação. A inclusão ou exclusão de autores depois da primeira submissão é motivo para rejeição e arquivamento do artigo .

Será respeitado o prazo de 12 meses para que seja publicado outro artigo do mesmo autor. No caso de professor/orientador é possível publicar no máximo 2 artigos por ano.

Cabe exclusivamente aos autores verificarem, via sistema, o status do artigo. Os editores não respondem emails sobre o andamento das avaliações.

A submissão está de acordo com o Código de Boas Práticas Científicas publicado pela FAPESP (2014), disponível em: [http://www.fapesp.br/boaspraticas/FAPESP-Codigo\\_de\\_Boas\\_Praticas\\_Cientificas\\_2014.pdf](http://www.fapesp.br/boaspraticas/FAPESP-Codigo_de_Boas_Praticas_Cientificas_2014.pdf) - acesso 19. nov. 2015.

O artigo respeita a ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS, conforme a resolução CNS 07/2016 <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>

## **FORMATO**

**Deve-se submeter um trabalho somente em \*.doc ou \*.docx de acordo com o MODELO DE ARTIGO disponível no site.**

Para editar o artigo, você deve fazer o download do TEMPLATE para seu computador <https://drive.google.com/file/d/1E2qrwcN89TIR0dW16Oi1n5mkXO1ar048/view?usp=sharing>

A Revista Brasileira de Iniciação Científica (RBIC) passará a adotar a partir de 2021 a PUBLICAÇÃO CONTÍNUA. Esta questão já vinha sendo analisada há algum tempo pelos editores, no sentido de agilizar a publicação dos artigos aprovados. Esperamos, que juntamente com outras medidas possamos elevar a nossa classificação perante o Qualis.

A publicação em fluxo contínuo é uma tendência em revistas digitais e visa dar maior agilidade ao processo de publicação e difusão dos artigos aprovados.

Com a aplicação do fluxo contínuo, a edição do ano corrente permanecerá aberta (In progress) e, à medida que os artigos forem aprovados e aceitos pelos pareceristas, serão inseridos na edição. Não há fascículos, nem periodicidade, publicaremos os artigos aprovados em uma edição anual.

Com isso, o fluxo de artigos será acelerado, aumentando o tempo de exposição do material, o que dará maior visibilidade a revista e aos trabalhos publicados por meio de citações

## **PREENCHIMENTO DOS METADADOS DE SUBMISSÃO**

- Ao se cadastrar e submeter o manuscrito, solicitamos atenção para o preenchimento dos metadados desta submissão. Como adotamos três idiomas na revista (português / inglês / espanhol), os dados desses idiomas deverão também ser preenchidos nestes idiomas.
- Observe o preenchimento correto, fazendo a leitura nas caixas da submissão.
- Não colocar o texto em caixa alta, bem como as palavras-chave.
- Adicione informações adicionais para sua submissão, no caso as palavras-chave. Pressione 'Enter' depois de cada termo.
- Os metadados e exemplificados seguem abaixo com as devidas instruções:

o Título: Se o título do livro começar com "Um" ou "O" (ou algo similar na ordem alfabética) coloque a palavra no prefixo. Não colocar título em CAIXA ALTA.

- o **Resumo:** Incluir o resumo em português e inglês com até 100 palavras.
- o **Área do Conhecimento\*:** Insira a área de conhecimento da temática (Educação).
- o **Palavras-chave\*:** Inclua até 5 palavras-chave. Inicial de cada uma em maiúsculo (Separadas. Por. Ponto. Máximo. Cinco.).
- o **Agências de fomento:** Não é obrigatório, mas se quiser colocar a agência e o processo é neste campo que se inclui. (Ex.: FAPESP – Processo n.2020/000000).

### **Condições para submissão**

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

- 1- A contribuição é original e inédita, e NÃO foi publicado em outro veículo (revista, periódico, sites, jornal eletrônico, anais de congresso, dentre outros).
- 2 - O arquivo da submissão está no **MODELO DE ARTIGO**.
- 3 - O arquivo submetido está em \*.doc, \*.docx. O arquivo não pode estar em PDF.
- 4 - Os autores leram o Código de Boas Práticas Científicas publicado pela FAPESP (2014), disponível em:  
[http://www.fapesp.br/boaspraticas/FAPESP-Codigo\\_de\\_Boas\\_Praticas\\_Cientificas\\_2014.pdf](http://www.fapesp.br/boaspraticas/FAPESP-Codigo_de_Boas_Praticas_Cientificas_2014.pdf)  
- acesso 19. nov. 2015.
- 5 - Entendo que estou submetendo o artigo para publicação na Revista Brasileira de Iniciação Científica e, se fizer a submissão a outro veículo (periódico, livro etc.) depois de iniciada a avaliação por pares, ou se resolver publicar meu artigo em outro meio de comunicação científica após receber a carta de "aceito" ou "aceito com modificações", o título do artigo,

meu nome (e dos coautores, se houver) e minha filiação institucional serão publicados na seção RETRAÇÃO.

6 - O artigo tem, no máximo, 04 autores, incluindo a participação de um professor orientador. Cada artigo deve ter no máximo 2 professores/orientadores como autores. Trabalhos com mais do que 2 professores serão arquivados.

7 - Inclui neste sistema o nome completo, email, instituição de todos os autores.

8 - O título do trabalho no metadados não pode estar em caixa alta.

9 - O artigo respeita a ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS, conforme a resolução CNS 07/2016 <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>.

A aprovação em comitê específico (Comitê de Ética em Pesquisa - CEP) sobre a qual o artigo se refere é de inteira responsabilidade dos autores. Deve ser indicado em nota no corpo de artigo.

- Todo e qualquer projeto de pesquisa, que seja relativo a seres humanos (direta ou indiretamente), deve ser submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Incluem os projetos com dados secundários, pesquisas sociológicas, antropológicas e epidemiológicas. Todo e qualquer projeto de pesquisa, que seja relativo a seres humanos (direta ou indiretamente), deve ser submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), conforme definido na Resolução 466/2012. Incluem os projetos com dados secundários, pesquisas sociológicas, antropológicas e epidemiológicas.
- RESOLUÇÃO Nº 510, 07 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde  
Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, na forma definida nesta Resolução. Parágrafo único.

Não serão registradas nem avaliadas pelo sistema CEP/CONEP:

I – pesquisa de opinião pública com participantes não identificados;

II – pesquisa que utilize informações de acesso público, nos termos da Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011;

III – pesquisa que utilize informações de domínio público;

IV - pesquisa censitária;

V - pesquisa com bancos de dados, cujas informações são agregadas, sem possibilidade de identificação individual;

VI - pesquisa realizada exclusivamente com textos científicos para revisão da literatura científica;

VII - pesquisa que objetiva o aprofundamento teórico de situações que emergem espontânea e contingencialmente na prática profissional, desde que não revelem dados que possam identificar o sujeito;

VIII – atividade realizada com o intuito exclusivamente de educação, ensino ou treinamento sem finalidade de pesquisa científica, de alunos de graduação, de curso técnico, ou de profissionais em especialização.

- 1 Não se enquadram no inciso antecedente os Trabalhos de Conclusão de Curso, monografias e similares, devendo-se, nestes casos, apresentar o protocolo de pesquisa ao sistema CEP/CONEP;
- 2 Caso, durante o planejamento ou a execução da atividade de educação, ensino ou treinamento surja a intenção de incorporação dos resultados dessas atividades em um projeto de pesquisa, dever-se-á, de forma obrigatória, apresentar o protocolo de pesquisa ao sistema CEP/CONEP

10 - Será incluído o histórico escolar do/a primeiro/a autor/a em documento suplementar

11 - Caso a submissão seja feita por egresso de curso técnico ou superior, esta somente poderá ser feita até 4 meses após a conclusão do curso.

12 - Entende-se como autor todo aquele que tenha efetivamente participado da concepção do estudo, do desenvolvimento, análise e interpretação dos dados e da redação final.

13 - Idiomas: os artigos poderão ser redigidos em português, espanhol ou inglês.

14 - Todos os autores do artigo devem ser identificados no ato da submissão. Em NENHUMA hipótese serão acrescentados nomes após o início da avaliação. A inclusão ou exclusão de autores depois da primeira submissão é motivo para rejeição e arquivamento do artigo .

15 - Será respeitado o prazo de 12 meses para que seja publicado outro artigo do mesmo autor.

16 - A Revista declara que os conceitos e posicionamentos emitidos nos textos publicados são de inteira responsabilidade dos autores, não refletindo, necessariamente, a opinião do Corpo Editorial desta revista

17 - A correção ortográfica e gramatical é de inteira responsabilidade de cada autor.

18 - A exatidão e adequação das referências a trabalhos que tenham sido consultados e mencionados no texto publicado são da responsabilidade do autor.

19 - Estou ciente dos termos da “Declaração de ética e boas práticas da publicação” descritos na seção Políticas da revista.

20 - A veracidade das informações e das citações bibliográficas é de responsabilidade exclusiva dos autores.

21 - Salientamos que plágio acadêmico em qualquer nível é crime, fere a legislação brasileira no artigo 184 do Código Penal e no artigo 7º parágrafo terceiro da lei 9.610-98 que regulamente o direito autoral, constituindo-se assim matéria cível e penal.

22 - Todos os artigos antes de serem enviados para avaliação dos pareceristas são verificados no CopySpider.





ALMEIDA, W. R. A. Uniforme escolar e uniformização dos corpos. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, v. 10, n. 22, p. 9-22, 2017. DOI: <https://doi.org/10.20952/revtee.v10i22.6134>

BRAZÃO, J. P. G.; OLIVEIRA, A. L.; DIAS, A. F. University students' voices on sexual and gender diversity, their relationship with coeducation and pedagogical innovation: a comparative study at the University of Madeira (Portugal) and the Federal University of Sergipe (Brazil). *Journal of Research and Knowledge Spreading*, v. 2, n. 1, e12445, 2021. DOI: <https://doi.org/10.20952/jrks2112445>

CARDOSO, L. R.; BERTOLDO, T. A. T.; SANTOS, L. B. A. Gênero e sexualidade na formação docente: um mapeamento das pesquisas entre Norte e Nordeste. *Revista on line de Política e Gestão Educacional*, v. 24, n. esp. 3, p. 1743-1764, 2020. DOI: <https://doi.org/10.22633/rpge.v24iesp3.14092>

*Dissertações teses:*

PIRES, M. A. Gênero e sexualidade nos currículos de formação em Pedagogia na Universidade Federal de Sergipe. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2021.

SANTOS CRUZ, J. A. Gestão do conhecimento e gestão editorial: qualificadores da avaliação de periódicos da Área de Educação. Orientador: Prof. Dr. José Luís Bizelli. 2020. 282 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, SP, 2021.

*Citando Livro:*

BOBBIO, N. O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo. Trad. Marco Aurélio Nogueira. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. 171 p.

GARCIA, R. L. Para quem investigamos – para quem escrevemos: reflexões sobre a responsabilidade social do pesquisador. *In*: MOREIRA, A. F. *et al.* Para quem pesquisamos, para quem escrevemos: o impasse dos intelectuais. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

Outros exemplos:

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n. 510, de 7 de abril de 2016. Trata sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa em ciências humanas e sociais. Brasília, DF, 24 maio 2016. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510\\_07\\_04\\_2016.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html). Acesso em: 22 jul. 2020.

BRASIL. Portaria n. 96, de 18 de julho de 2013. Regulamenta o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). Brasília, DF, 23 jul. 2013. Disponível em: [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/30798135/do1-2013-07-23-portaria-n-96-de-18-de-julho-de-2013-30798127](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/30798135/do1-2013-07-23-portaria-n-96-de-18-de-julho-de-2013-30798127). Acesso em: 20 ago. 2013.

20. Não utilizar travessão (\_\_\_\_\_) e sim repetir o nome do autor, quando houver mais de uma referência.

21. O não cumprimento dos itens destacados, acarretará a recusa automática da submissão.

Processo e tempo da Avaliação: Os originais submetidos passam por três fases de avaliação. A primeira consiste na triagem realizada pela equipe da revista que examina se o texto segue as normas estipuladas nas “Diretrizes para Autores” bem como o correto preenchimento do Metadados da Submissão – qualquer incoerência nesta etapa já é motivo para o arquivamento do texto submetido. A segunda, uma avaliação preliminar feita pelo Comitê Editorial que visa identificar a adequação do trabalho à linha editorial da revista e seu potencial para publicação. A terceira fase é uma avaliação duplo-cega que avalia a

contribuição e a qualidade do artigo para a área do conhecimento. A decisão final volta ao Comitê Editorial. Em média o processo de avaliação dura 8 meses.

### **ATENÇÃO AO SUBMETER SEU TEXTO PARA A REVISTA!**

Os trabalhos que não cumprirem as DIRETRIZES PARA AUTORES (ENVIO DE ARTIGOS), bem como, o preenchimento dos METADADOS, tais como: Título apenas a primeira letra em maiúsculo (NÃO INSERIR EM MAIÚSCULO TOTAL); palavras-chave, dados de todos os autores e os demais campos de indexação, terão seus TRABALHOS ARQUIVADOS. Submissões que não usarem o MODELO DE ARTIGOS disponível na página da RBIC terão seus TRABALHOS ARQUIVADOS. É obrigatório a inclusão do histórico escolar do aluno/autor. Todo trabalho que não seguir rigorosamente as normas de submissão, terão seus TRABALHOS ARQUIVADOS!

#### **Artigos**

Política padrão de seção

#### **Política de Privacidade**

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.

### **Dedicatória**

Dedico este trabalho a uma mulher preta, justa e de fé, uma mulher que foi sobrevivente dessa estrutura dura e que abriu caminhos para eu passar, essa mulher é mãe da minha mãe, minha avó materna. Eliodora Nunes Silva infelizmente teve poucos anos de existência no mundo e enfrentou muitas dificuldades ao nascer preta e ter como ocupação o serviço doméstico. Lia deixou um legado ancestral em minha vida e reacende dia após dia o sentido da luta pelo povo Negro. Dedico esse material a todas Eliodoras que percorreram e percorrem as iniquidades do racismo que se estabelece enraizado, a todas que precisam correr três vezes mais para chegar no lugar de direito e humanidade, aquelas que precisam respirar fundo e secar as lágrimas pois sua existência coloca em xeque o tempo e a qualidade de vida.

## Agradecimentos

E aprendi que se depende sempre  
De tanta, muita, diferente gente  
Toda pessoa sempre é as marcas  
Das lições diárias de outras tantas pessoas  
E é tão bonito quando a gente entende  
Que a gente é tanta gente onde quer que a  
gente vá E é tão bonito quando a gente sente  
Que nunca está sozinho por mais que pense  
estar É tão bonito quando a gente pisa firme  
Nessas linhas que estão nas palmas de nossas  
mãos É tão bonito quando a gente vai à vida  
Nos caminhos onde bate, bem mais forte o  
coração

(Gonzaguinha)

Agradeço a Jesus por ter me direcionado em todos os momentos e ter sido abrigo em dias difíceis, sem o seu sustento eu não teria conseguido, agradeço a minha familinha, Dionei Nunes (minha grandiosa mãe), Emily Raquel (minha irmã) e Cássio, vocês são essenciais e deixaram tudo mais leve, obrigada por serem a minha maior rede de apoio e por me acolherem, como diz Emicida, tudo que nós tem é nós, além de todos os demais familiares e ancestrais que me deram suporte nessa caminhada.

Ressalto a importância exclusiva da minha mãe Dionei Nunes Silva, mulher preta, mãe solo de duas graduandas e que conseguiu segurar em minhas mãos e me direcionar de forma ímpar, agradeço ao cuidado, proteção materna e pelo apoio e colo que precisei para chegar onde estou, obrigada por ter lutado e ter corrido muito para hoje eu caminhar de forma suave.

Gonzaguinha em sua música consegue expressar minha gratidão e sentimento por não ter vivido a universidade sozinha, deixo aqui meu agradecimento para Vanessa Gomes, Fernanda Rocha, Myrella Oliveira, Liana Mollo, Pedro Emmanuel, Keyza Costa, Jessica Sá, Natália Feliciano, Ingrid Maciel e Ana Laura, vocês foram essenciais e contribuíram muito em  
minha  
jornada.

Menciono minha gratidão a minha professora e orientadora Josenaide Engracia, existe Bruna antes de Josenaide e Bruna depois de Josenaide, sou extremamente grata por esse encontro que tivemos na universidade, aquela surpresa leve e sensível que a vida dá pra gente de presente, Josenaide é poesia para o SUS, mente ativa de pesquisadora que se permite tocar e pisar no chão da realidade Brasileira.

Sou grata a todas as mulheres que participaram da pesquisa e se permitiram compartilhar suas vivências dolorosas e suas trajetórias, sem vocês não seria possível. Agradeço ao presidente Lula e seu governo com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) que me possibilitou encontrar com meus pares da periferia e de negritude na universidade. Agradeço ao corpo docente da Terapia Ocupacional, a LASFAC e a Ceilândia. Agradeço aos amigos externos por terem sido minha rede de apoio, sendo assim, menciono gratidão a Daniele Bonina (minha maior rede de apoio da escola à universidade), Petruska, Rodrigo, Thayna, Gabriela, Tamara, Isabela, Keila, Thiago e Igor.

## **Vozes de mulheres negras: oportunidade, trabalho e racismo.**

Bruna Nunes Vidal<sup>1</sup>

Josenaide Engracia dos Santos<sup>2</sup>

**Resumo:** O surgimento do tema se constrói nas inquietações do cotidiano enquanto estudante de Terapia Ocupacional negra e moradora da periferia de Ceilândia, a vida na periferia é uma fotografia constante de como as ocupações se estabelecem a partir da raça e do gênero. São poucos os estudos no contexto da Terapia Ocupacional que possibilitam as mulheres negras falarem de suas oportunidades e trabalhos. O método utilizado foi o biográfico. Ao longo da análise foi possível identificar quatro mensagens principais relacionados a vozes de mulheres negras: Discriminação no trabalho, Preconceito Racial na seleção de emprego, Apartheid Ocupacional e Oportunidade e Educação.

**Palavras-chave:** Mulheres Negras; Discriminação no Trabalho; Racismo.

**Abstract:** The emergence of the theme is built on the concerns of everyday life as a black Occupational Therapy student and resident of the periphery of Ceilândia, life on the periphery is a constant photograph of how occupations are established based on race and gender. There are few studies in the context of Occupational Therapy that allow black women to talk about their opportunities and jobs. The method used was the biographical one. Throughout the analysis, it was possible to identify four main messages related to the voices of black women: Discrimination at work, Racial Prejudice in job selection, Occupational Apartheid and Opportunity and Education.

**Keywords:** Black Women; Discrimination at Work; Racism.

Submetido XX/XX/2022

Aceito XX/XX/2022

Publicado XX/XX/2022

<sup>1</sup> Graduação em Terapia Ocupacional.UnB. E-mail: brunanunes.unb@gmail.com

<sup>2</sup> Doutora. UnB. E-mail: josenaidepsi@gmail.com

## Introdução

O surgimento do tema se constrói nas inquietações do cotidiano enquanto estudante de Terapia Ocupacional negra e moradora da periferia de Ceilândia, a vida na periferia é uma fotografia constante de como as ocupações se estabelecem a partir da raça e do gênero, desde um simples fato de pegar um ônibus lotado e enxergar que esse espaço é ocupado por mulheres negras a minha raiz afrodescendente feminina que me motivou muito a desenvolver e chegar nesse tema de pesquisa.

Crescer na periferia sendo mulher negra e observar as ocupações de meus ancestrais, me faz direcionar o olhar sobre os lugares de permanência que ocupam. Mulheres que trabalham em serviços domésticos, de cuidado e a feição do feminino frente às lutas diárias de vivências e sobrevivências. Marcado pela não acessibilidade à educação, saúde e mobilidade urbana, situações como estas impactam o cotidiano.

As oportunidades de trabalho para as mulheres negras acontecem de forma distinta, sendo que essas, costumam ocupar as vagas de trabalho mais vulneráveis, ou seja, com menor remuneração, menor proteção e que exigem maior esforço físico (BENEDITO, 2008, p.43). Segundo o IPEA (2020), ainda hoje, a população negra é maioria nos setores da economia com as condições trabalhistas inferiores e precárias, compõem o grupo populacional de profissionais que ocupam o trabalho informal, isso quando não remunerados.

No que refere às mulheres negras, as desigualdades são ainda mais preocupantes e urgentes de serem discutidas, o IPEA (2017) revela que a renda média das mulheres negras, continua muito inferior não só em relação à dos homens, como também em relação à das mulheres brancas (IPEA, 2017). Pensando a ocupação relacionada ao trabalho, identificamos no estudo de Guedes (2020) que as mulheres negras, de forma alarmante, ocupam o lugar do cuidado, (serviços domésticos e braçais), relação estabelecida com o racismo e sexismo onde as mulheres negras, estão em cenário de inferioridade social produzido ao longo da história na sociedade brasileira.

Estudos do IPEA (2017) reafirmam que devido a identidade racial e barreiras relacionadas ao gênero e raça, as mulheres negras têm impedido o desenvolvimento de suas potencialidades incluindo a não mobilidade e ascensão social, pois ocupam posições de desvantagens no que concerne à ocupação e renda, à escolaridade, à entrada na educação superior e no mercado de trabalho (Ipea, 2017).

Estes dados do IPEA sobre mulheres negras em ocupações, me inspiraram enquanto estudante de Terapia Ocupacional a ter um olhar centrado na ocupação, relacionando a interação entre suas características subjetivas, determinantes sociais e sua influência na ocupação. Forsyth (2021), diz que as pessoas e seus ambientes estão interligados. Para Fisher, Parkinson & Haglund, (2017), existe um crescente entendimento entre terapeutas ocupacionais que essas dimensões do meio ambiente podem oferecer ou não oportunidades, recursos, demandas, de modo a facilitar ou limitar a participação das pessoas nas ocupações do dia a dia.

No Brasil, Bento (1995), Abramo (2006) e Bruschini (2007) afirmam que as mulheres negras recebem menores salários e estão lotadas em ocupações específicas, como também, em atividades com menores salários e condições laborais precárias. O que as mulheres negras falam a respeito disso? Em termos de ocupação no Brasil nas atividades que dependem de elevada qualificação, não predomina a mão-de-obra negra (homens ou mulheres) devido ao fato de a maioria ter baixa qualificação (Ferreira, 2019).

São poucos os estudos que possibilitam a estas mulheres falarem de suas oportunidades, trabalhos, isto é, ocupações. Martins (2021) em sua tese de doutorado relata que só encontrou um único estudo sobre o impacto do racismo na ocupação de mulheres afro-americanas tanto na terapia ocupacional brasileira como estrangeira (BEAGAN; ETOWA, 2009 Apud MARTINS, 2021, P.71), à vista disso, destaca-se que essa temática é pouco trabalhada academicamente para Terapia Ocupacional e é preciso que haja um debruçamento sobre o tema.

Não podemos esquecer que as questões raciais são um eixo estruturante, e as relações humanas no passado e no presente, são definidas por questões de raça, gênero, orientação sexual e por questões econômicas, o que legitima os dados do IPEA sobre os obstáculos no acesso a oportunidades e direitos básicos.

Sendo assim, essas temáticas precisam ser compreendidas e investigadas, pois ouvir e produzir conhecimento científico sobre as vozes das mulheres negras no contexto de discussão sobre oportunidades e trabalhos, ou seja, ocupações em situações de vida, colabora para reduzir as distâncias entre as produções acadêmicas e as políticas públicas, além de nortear possíveis ações e estratégias de práticas antirracistas. Desta forma, o objetivo do estudo é compreender o que as mulheres negras relatam sobre oportunidade, trabalho e racismo e como isto impacta sua própria realidade.

### **Metodologia**

A pesquisa se dá pela continuação e recorte do Programa de Iniciação Científica - Ações Afirmativas (PIBIC -AF), no mundo da abordagem qualitativa, a pesquisa por meio de narrativas perpassa uma orientação teórico-metodológica onde se desenvolvem métodos importantes de investigação na área das ciências sociais e humanas (OLIVEIRA, 2013). De acordo com Gerhard (2009) a pesquisa qualitativa, busca se conectar com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na dinâmica das relações sociais.

O método utilizado foi o biográfico, pois se apoiam em experiências que podem ser convertidas em narrativas. O ato de contar e ouvir histórias é indissociável da experiência humana. A narrativa ganha características, suportes e funções cada vez mais elaborados ao longo do tempo e espaço (SANTOS & DAVEL, 2021), o método biográfico têm como um de seus princípios a presença da “voz” dos sujeitos na construção da pesquisa, o objetivo é investigar diretamente a vida dos próprios participantes da pesquisa.

O escopo de participantes do estudo foi composto por mulheres negras que residem no Distrito Federal. Segundo a Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN), as pessoas negras residentes do DF compõem 69,9% da população com baixa renda, sendo assim, a realização da entrevista com essas mulheres foi importante para investigar as oportunidades de trabalho e a relação com racismo. Foram entrevistadas 3 mulheres negras e o critério de inclusão se estabelece como: ser mulher que se identifica negra e que se autodeclara negra, ser maior de 18 anos de idade e que não seja do ambiente acadêmico e federal.

O instrumento de pesquisa foi a entrevista semiestruturada, DiCicco-Bloom e Crabtree (2006) asseveram que esta é comumente “organizada em torno de um conjunto de questões abertas pré determinadas, com outras questões emergindo a partir do diálogo entre entrevistador e entrevistado” (DiCicco-Bloom e Crabtree p. 315).

Essa pesquisa compõe uma macro pesquisa intitulada Pesquisa de Iniciação Científica com o tema Narrativas sobre escolhas ocupacionais da População Negra que já foi aprovada pelo comitê de ética do Instituto de Ciências Humanas da UnB CAAE: 101033118.5.0000.5540 em 2018, além da apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para as participantes da pesquisa.

No primeiro momento, foi estabelecido contato com pessoas negras que desejavam fazer parte da pesquisa. Depois foi oficializado o convite via aplicativo WhatsApp e email. Posteriormente, foi marcado o encontro online. As entrevistas foram realizadas virtualmente por meio das ferramentas *Google Meet* e *Microsoft Teams*, durante o mês de fevereiro, abril e junho de 2021, com duração média de 40 minutos. Foram conduzidas pela presente pesquisadora e por duas outras pesquisadoras sendo todas estudantes orientadas pela Prof<sup>a</sup> Josenaide Engracia.

Na entrevista foi apresentado uma questão gerativa, que estimulou uma narração extemporânea e não respostas pontuais, com perguntas abertas e flexíveis, com objetivo de entender as experiências vividas acerca das oportunidades de trabalho, escolhas ocupacionais e trajetórias. Durante cada entrevista as participantes foram motivadas a falar de questões abertas referentes às suas oportunidades na escolha ocupacional, trabalho. As pesquisadoras esclareceram perguntas para investigar melhor os tópicos introduzidos pelas participantes da pesquisa. As entrevistas foram gravadas e transcritas, respeitando a grafia e a sintaxe utilizada pelas participantes do estudo. Foram codificadas as falas dessas pessoas para atender o princípio ético do sigilo como **E1**, **E2** e **E3**.

### **Análise de dados**

Primeiro foi realizada a leitura das entrevistas, logo após foi feita a transcrição das gravações e registro dos apontamentos realizados. No segundo momento iniciou a análise formal do texto: identificação dos diferentes esquemas comunicativos (narração, descrição e argumentação) e das passagens narrativas em que se apresentam as experiências vividas e suas relações com estruturas processuais biográficas (etapas da vida, eventos-chave, imbricação de episódios, linha da biografia, esquemas de ação etc.) e coletivas (Apel, 2005).

Posteriormente foram realizados comentários livres e gerais sobre o texto lido para formular idéias e hipóteses e identificar temas principais e secundários, fazer primeiras abstrações, controlar preconceitos. Depois a microanálise do texto com a delimitação das unidades narrativas uma a uma e a identificação de seus temas ou mensagens principais (Apel, 2005).

### **Resultados e discussão**

Foram entrevistadas três mulheres que se autodeclararam negras, todas residentes do Distrito Federal, sendo que duas estão em Brasília, mas são de naturalidade Paulista e Soteropolitana. Duas das mulheres entrevistadas estão na faixa-etária entre 23 a 25 anos e uma é de meia idade, sendo assim, temos as seguintes entrevistadas: E1, mulher que se autodeclara negra de uma família de 4 pessoas. 56 anos de idade, cresceu em São Paulo, aposentada da Polícia Militar e formada em psicologia, durante a infância estudou em uma escola estadual pública de São Paulo, atualmente reside em Brasília e é mãe de uma criança do sexo masculino (E1).

E2, 23 anos, moradora de Ceilândia, se autodeclara negra, estudou na escola Fundação Bradesco, família composta por 8 pessoas, sendo 6 irmãs e sua mãe, tem um forte desejo de cursar o ensino superior na área da saúde e atualmente trabalha com vendas (E2). E3, 25 anos, Soteropolitana, se autodeclara negra e se descobriu negra na juventude, cursa pedagogia, tem como sonho ser professora, atualmente trabalha na call center e já trabalhou por muito tempo vendendo cachorro-quente após o falecimento de sua genitora aos 14 anos de idade, é mãe de uma criança do sexo feminino e relata gostar de estudar e ensinar (E3).

Ao longo da análise da pesquisa foi possível identificar quatro mensagens principais relacionados a vozes de mulheres negras: Discriminação no trabalho, Preconceito Racial na seleção de emprego, Apartheid Ocupacional e Oportunidade e Educação. Como as narrativas biográficas foram apenas de mulheres, então faz-se necessário algumas reflexões sobre racismo, sexismo, oportunidades e trabalho para essas mulheres.

### **Discriminação no trabalho**

As mulheres negras nas relações de trabalho sofrem dupla discriminação: de gênero e cor, marcadas pelo racismo e sexismo que naturalizam hábitos, falas e comportamentos, dando origem a todo tipo de violência contra um povo inteiro, este é o racismo institucionalizado (Nascimento, 2016).

*“O mais recente que eu já passei agora né, que eu sofri tipo como se fosse uma injúria racial, fui tratada tipo mal pelo fato da minha cor né, foi no trabalho até cheguei a ser demitida em relação a isso, porque eu fui falar sobre o que estava acontecendo né, porque eu tava trabalhando lá aí me colocaram no caixa e tudo mais, pra mim ficar e o cara não tava querendo que eu ficasse lá, tava com resistência de eu ficar, e no dia que eu fiquei ele colocou a câmera só pra ele ver né, ficou tipo no refeitório olhando pra mim e eu no caixa tipo, como se eu fosse fazer alguma coisa”. E2*

*“No dia que nem, tinha uma prateleira lá pra mim arrumar, aí eu tinha arrumado aí depois ele bagunçou de novo pra eu arrumar aí perguntou até pro pessoal, cadê a moreninha lá? aí me chamou e falou que eu tinha cara pra isso né, pra arrumar, aí eu olhei assim até então não é coisa da minha cabeça, tinha várias coisas que tavam acontecendo, eu tava vendo que era, por conta da minha cor e tudo mais” E2*

A primeira coisa que a gente percebe nessa entrevista é o racismo. Pois na leitura da entrevistada, ela foi identificada como irresponsável, que não trabalha, é malandra, melhor dizendo ladra. O racismo modifica as relações e viola os direitos individuais, quando a entrevistada relata que o chefe de trabalho afirma que ela “tem cara” para isso, percebe-se que a fenotipia negra está associada a força de trabalho desigual e que o processo de escravização do povo negro perdura no imaginário social e perpetua o crime racial. Fanon (2020), aponta que o problema da opressão é um problema de violência e percebe-se que a E2 se sentiu oprimida com a desconfiança vinculada a sua identidade negra. A sociedade estrutura de forma sistemática relações hierárquicas de raça e devido a isso, os episódios habituais de desconfiança e preconceito racial ficam em sutilezas triviais onde o agressor naturaliza seus atos mesmo propagando violência (BEAGAN; ETOWA, 2009) .

*“sempre fiz o melhor possível que eu tenho que fazer e eu cheguei a perguntar pra ele, em relação a implicância dele comigo, em relação, aí depois vieram falar que iam me demitir por conta que eu levo tudo para o pessoal, tipo como se eu tivesse levado para o pessoal, eu arrumando as coisas e ele cantando música bem assim: “assolan bombril, assolan bombril”, tipo em referência ao meu cabelo, sempre tá com piadinha teve uma vez que a gente tava limpando a, é limpando a loja, eu perguntei assim: é, quem foi buscar a água e o balde, aí ele falou assim: você tá moscando aí, vai logo buscar, tipo assim ele me tratava super mal, tipo sem necessidade sendo que tinha vários outros funcionários e ele tratava super bem”. E2*

A ameaça de demissão relatada pela E2, refere-se ao desejo de que a pessoa negra seja sempre um ser pacífico, mesmo em situações desagradáveis e de violência no trabalho, essa expectativa sobre o silenciamento de mulheres negras é vinculada a questões de raça e gênero. A desumanização as colocam em um lugar de docilidade, é esperado que essa pessoa, que não é considerada como um ser, não se posicione, aceite, não questione e diga “sim, senhor” como acontecia na época da escravidão (NASCIMENTO, 2016).

Abdias do Nascimento (2016) escreve sobre o mito do senhor benevolente que mascara toda forma de agressão, quando a entrevistada aponta que iria ser demitida, pois os chefes do trabalho a informam que ela estava “levando tudo para o pessoal” é uma estratégia de mascarar o racismo e desfigurar a violência racial. Porque o chefe que é um homem branco visto como benevolente ao contratar uma mulher negra, estaria cometendo racismo? A mulher negra ainda é vista como destituída de direito, durante o processo de escravidão eram vistas como uma mercadoria que possuía valor como instrumento de trabalho e ainda hoje esse pensamento é reproduzido (PESSANHA; NASCIMENTO, 2018).

*“Então aos 12, 13 anos eu já olhei uma criança, olha a oportunidade que eu tive né. A tarde em vez de eu ir estudar eu tinha que olhar uma criança com 13 anos quase do meu peso né para poder ter um absorvente né, para poder isso já é tido como um trabalho né e que só que a pessoa que eu prestava esse serviço ela não só fazia eu olhar a criança mas fazia eu ir lavar os pratos dela, viu entendeu, então assim eu comecei a trabalhar na casa dos outros desde 13 14 anos”. E3*

*“ia vender cachorro-quente em frente a minha casa porque é a vida. É muito difícil você achar uma creche com menos de um ano aqui, publica e a creche que tem a partir de um ano, adivinhe? Só funcionou um ano porque o prefeito cortou verba da educação, e adivinha? Mães solteiras não têm onde deixar seus filhos. A menos que você volte a trabalhar com o salário fixo e pegue 300 a 400 reais e pague uma pessoa. Não tem oportunidade não, para mulher preta solteira trabalhar de forma alguma”.* **E3**

A E3 compartilha em narrativas dois momentos de sua vida em uma distância temporal considerável, em seu primeiro relato a mesma ainda estava vivendo a fase da infância porém com o peso e responsabilidade do trabalho infantil. É frquente a naturalização da sociedade quando se deparam com crianças negras em trabalho infantil, devido a herança escravocrata a olham como mão de obra e não como criança e cidadã, além disso, o pensamento social de que ‘é melhor trabalhar do que roubar’ colabora fortemente para essa permanencia e para ausencia de políticas públicas que garatam oportunidade às pessoas negras (FELICIANO; PORTO; CONFORTI, 2018 Apud LIMA; MESQUITA, 2020).

Já no segundo relato fica nítido os impactos dos determinantes sociais de saúde (DSS) da entrevistada em sua vida adulta, pois é notório que da infância à fase adulta a E3 permanece em uma ocupação subalterna que caracteriza condições de vulnerabilidade socioeconômica e desproteção social. E se durante a infância da E3 ela não precisasse se preocupar com a responsabilidade de comprar seu próprio absorvente e se manter? E se a entrevistada tivesse as mesmas oportunidades de estudos, investimentos e qualificações que crianças brancas em sua maioria possui durante os ciclos da vida? as falas da E3 escancara que não existe democracia racial e que esse discurso, segue sendo um mito propagado.

Nas narrativas podemos perceber que em sua maioria as participantes da pesquisa estão inseridas em ocupações caracterizadas pela precariedade e com condições de trabalho mais desfavoráveis. Ficando susceptíveis a opressão, discriminação e violências diversas no local de trabalho. A mulher negra como afirma Gonzalez (1982) é “objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo, sexismo e luta de classe a colocam no mais alto nível de opressão” (GONZALEZ, 1982).

Proni e Gomes, (2015) argumentam que as populações mais afetadas são as mulheres e a população que declara ter a cor da pele preta ou parda, essas estão mais expostas a situações de precariedade ocupacional, para os autores, uma ocupação precária está

relacionada a condições de inserção no mercado de trabalho, quando o vínculo trabalhista é fora das normas vigentes, como as situações de subemprego, desproteção social e informalidade, levando em consideração os rendimentos que são insuficientes e a insegurança que é gerada para tal trabalhador, sendo assim, podemos observar nas narrativas das entrevistadas, exemplos de precariedade ocupacional além do trabalho infantil.

### **Discriminação racial na seleção de emprego**

A discriminação racial na seleção de uma ocupação se dá em virtude de tratamentos diferenciados de formas injustificadas, seja em razão do gênero, raça, cor, nacionalidade, opção política, opção religiosa, orientação sexual, etc. (LIMA, 2010). Para Vala, Brito e Lopes (1999) o preconceito hoje mudou, não se manifesta do mesmo modo que há alguns anos atrás, assumiu novas expressões sutis e indiretas, mais difíceis de combater ou modificar. Porém, são tão ou mais prejudiciais que as expressões mais abertas e flagrantes, isto parece refletir em como as entrevistadas não compreendem determinados contextos, um não saber, por que não fui escolhida? O que faltou ?

*“Só sei que eu não passei pra essa entrevista nesse trabalho e foi mais em relação a cor, porque nota eu tenho, porque lá na escola quando o aluno não tá tendo um rendimento eles não deixam fazer estágio né, porque falam que atrapalha se o aluno não tá conseguindo estudar sem trabalhar, imagina trabalhando, aí eles só vão liberando aos poucos, aí tinham me perguntado em relação a escola, eu falei que era super tranquilo, aí em relação eu falei também que a gente fazia educação física no horário contrário né porque a gente fazia de manhã, tipo, eu estudava à tarde, eu fazia educação física de manhã e se eu estudasse de manhã eu fazia educação física à tarde, aí eles suspenderam né, minha educação física porque eu teria que trabalhar aí eu falei, tava tudo certo e não fui chamada”.* **E2**

*“Terminei o ensino médio aí eu não tinha então todo repertório para emprego mas aí eu acredito que fez minhas amigas do ensino médio a trabalharem em banco e eu não e eu só ia trabalhar em banco porque o meu pai tinha uma amiga e ela fez ali o trâmite mas eu já tinha ido, eu tinha colegas minhas que já tinha me arrumado cartas pra trabalhar é, em banco, eu chegar lá e aí a não, não passou, não passou no que? seleção muito subjetiva né?” E1*

*“eu sou aposentada da polícia militar de São Paulo, né, então é, fiz lá, e porque que eu estava lá, porque eu fiz um concurso, no concurso não tem foto né” E1*

*“O ato do racismo sim, porque assim, quando eu entendo que uma pessoa me excluiu de uma entrevista de trabalho, na verdade de uma oportunidade de emprego de uma recepção porque eu não tinha interesse em mudar o meu cabelo. Isso foi um ato de racismo. E eu fiquei chocada porque as colegas passaram porque o cabelo tava alisado quimicamente. Eu falei caramba, então sim isso pra mim foi o que me marcou até hoje fora outras coisas que eu vivencio né após sofrer uma transição capilar e tudo mudou né”. E3*

Gonzalez (1982) afirma em seu livro: lugar de negro, que além dos efeitos das práticas discriminatórias, uma das consequências do racismo é a limitação e o nível de aspirações da população negra, ou seja, os atos relatados pelas entrevistadas, provocam angústia e interfere em seus sonhos, metas e perspectiva de trabalho (GONZALEZ & HASENBALG, 1982, p.90-92). A entrevistada afirma que só prestou concurso porque não precisava de foto, aqui é perceptível que a sua imagem seria um fator impeditivo para alcançar sua aspiração. O que tem em sua foto pessoal? A autoimagem da entrevistada colocaria em jogo seus planos apenas por existir enquanto mulher negra, a mesma precisou traçar outras rotas devido ao racismo institucional e estrutural.

A E3 relata sofrer exclusão de contrato devido a sua fenotipia negra, a mudança molecular na estrutura de seu cabelo é uma tentativa de a deixar em um padrão esperado, que é aceito e visto como belo, o padrão eurocêntrico. Situações como essas estão presentes no cotidiano de mulheres negras, além de comprometer seu desempenho ocupacional, afetam a saúde mental e provocam barreiras na identidade negra e autoafirmação das mulheres.

O preconceito se torna mais evidente nos setores trabalhistas, como aponta Barbosa (2004), principalmente quando se adota critérios subjetivos para selecionar pessoas: "a adoção de critérios subjetivos no momento das entrevistas, com caráter eliminatório, e outros tipos de exame seletivo eram métodos refinados que derrotavam os negros na disputa por um emprego". E quando diz respeito às mulheres negras, a situação piora. Não tem o padrão europeu da beleza. O padrão de belo inclui o branco europeu que é visto como referencial de civilizado e perfeito, mas as pessoas negras foram consideradas incapazes e selvagens e sua fenotipia eram descartadas e desumanizadas (SOUZA,2017).

Como afirma Costa (1983) "Ser negro é ser violentado de forma constante, contínua e cruel, sem pausa ou repouso, por uma dupla injunção: a de encarar o corpo e as ideias de ego do sujeito branco e a de recusar, negar" (COSTA, 1983). Sendo assim, encontramos evidências robustas de discriminação: os candidatos negros recebem significativamente menos aprovações em seleções de emprego, menos acesso a educação e menos oportunidades. Nossos resultados são consistentes com um modelo de discriminação da pessoa negra: a composição racial das pessoas candidatas a emprego que muitas vezes são aprovadas a entrevista são brancas, ou tem fenotipia que remeta a brancura.

### **Apartheid Ocupacional**

Segundo Farias (2018) o Apartheid Ocupacional se estrutura na perspectiva de que existem grupos e pessoas específicas que possuem um valor social e econômico maior e um *status diferenciado*. Essa hierarquização envolve o critério racial, uma vez que a raça é um fator que determina as relações humanas entre os grupos sociais e políticos e que o branco permanece em um status de superioridade e o negro de inferioridade. Conforme depoimento abaixo:

*"Eu conheço pessoas que elas falam que só vão em lugares onde preto vai por medo de serem discriminadas né e eu conheço pessoas que tem medo de ir em lugar onde vai encontrar os seus iguais e eu imagino que seja por essa questão né, mesmo, de racismo, de como você disse, da identidade nossa, "eu vou tá lá eu vou tá com um monte de preto eu vou ser lida como preta, nossa tal" ou o contrário disso né, o tal do será que eu posso né, há quem diga né, não vou em lugares onde eu não vou ser bem tratada bem aceita". E1*

Guedes (2020) afirma em sua pesquisa que o termo apartheid ocupacional é relativo a conjunturas características em que a segregação de pessoas é preparada, sistêmica e atribuída a produzir graves desigualdades (GUEDES, 2020 apud KRONENBERG et al, 2009). O apartheid ocupacional, não é um imprevisto da humanidade, mas sim uma ação planejada e estruturada por meio político e social, resultante do ato de exclusão e discriminação (GUEDES, 2020). A exemplo do racismo dos entrevistados abaixo:

*“Uma chaga feita por racismo, que até na hora de você escolher onde eu vou, aí eu não vou ali porque eu vou ser rejeitada, aí eu não vou ali porque eu vou ser lida como negra” E1*

*“E também tem uma história que a professora contava na escola, acho que era até de folclore que era neguinho do pastoreio, aí eu era a única preta da sala né, aí o pessoal começou a me chamar de neguinha do pastoreio” E2*

*“Teve uma certa vez que me encaminharam, me levaram né porque eu era órfã me levaram para uma casa dos brancos e falaram assim ó: Você vai morar nessa casa agora, vai lavar roupa, vai fazer unha”. E3*

“O racismo é efetivado através da discriminação racial estruturada, constituindo-se como um processo pelo qual as circunstâncias de privilégios se difundem entre os grupos raciais e se manifestam pelos espaços econômicos, políticos e institucionais” (ALMEIDA, 2018). Quando a entrevistada 1 relata que até na hora de escolher um lugar onde frequentar é comum a reflexão acerca do medo de ser rejeitada e ser lida como negra, isso é um reflexo do apartheid ocupacional pois envolve a segregação de raça, o medo de ser lida como negra é justamente vinculada ao tratamento que a branquitude oferece para população negra além da mulher negra ser alvo de dupla violência, racial e de gênero, a sociedade constrói obstáculos com relação a sua identidade, autoestima, protagonismo e ocupações.

*“A escola que nós estudávamos apesar de ser pública era uma escola com nossa, eu não consigo lembrar de ter outras crianças negras na minha sala, do primeiro ano até no, eu acho que só no, já lá pro final do fundamental né, e ser uma criança negra naquela época era me deparar, que isso daí, isso sim depois que a gente começa a dar os nomes pras coisas,*

*“você entender assim que o tal do racismo, a estrutura que falam, a ideologia que falam, ela, ela fez uma couraça sobre nós, quando é, eu encontrar aquelas professoras assim, com a preferencial autocumpridora, né, e eu tive as de todo tipo, né, isso eu to falando, segundo, terceiro, quarto ano, lá atrás né, daquelas que assim: ah, você senta lá atrás né, divide por notas a sala, só que aí você nunca vai ter aquela nota boa porque você não há aquele investimento ali né e por ali foi, então eu falo assim, a gente ficava ali de teimosa” E1*

A seguir, a entrevistada relata que além de não estudar com pessoas da mesma cor de pele em sua sala de aula, vivenciava na infância o desprezo pela figura que deveria trazer acolhimento e inspiração, mas que em sua vida representou o contrário (professoras racistas). A falta de representatividade afeta crianças negras e além disso, a E1 precisou lidar com a diferença de tratamento, como deve ficar a mente e os aspectos emocionais de crianças negras que vivenciam essas situações? A escola é o primeiro contato com o universo acadêmico e profissional de uma criança, levando em consideração a vivência da entrevistada, conclui-se que desde o início de sua jornada, enfrentou barreiras e o apatheid ocupacional configurado como exclusão. Quando a entrevistada menciona que "ficava ali de teimosa" esse conteúdo representa que aquele lugar não a pertencia pela ótica das professoras, um lugar que é de direito da criança pelo Estatuto da Criança e do Adolescente passa a ser um lugar de memórias de sofrimento e racismo.

*“nós pessoas negras nós só queremos ser só sem necessariamente, dizer “aí eu sou negra, não gosto ou gosto disso ou daquilo, ah eu sou negra e não sei sambar eu sou muçulmana, sou católica sou candomblecista né, simplesmente ser o que cada um é né”, só que isso não é possível ainda, é possível dentro da nossa casa, dentro do nosso quilombo né, mas fora a impressão que se dar e que a gente ainda, ainda tem que ficar, sabe, um é pouco vamos dizer assim uma figura, como se a gente tivesse que ter um crachá permanente para não ser barrada, como diz a música do Gil né “eu sei que você é pago para suspeitar mas se eu quisesse eu entraria de qualquer maneira” E1*

O imaginário da branquitude coloca a mulher negra em um “não lugar” de direitos, privilégios, vida ordinária e cotidiana. A entrevistada expõe sua sobrecarga em ter que sempre dar satisfação, o “crachá permanente para não ser barrada” são as justificativas

incansáveis dadas por mulheres negras, as apresentações constantes para o mundo opressor e questionador. A suspeita mencionada através da música do cantor Gilberto Gil é uma situação diária e de agressão onde o Apatheid Ocupacional se estabelece

*“então eu acho que essa, a escolha do meu curso, a princípio é a psicologia que eu penso que talvez fosse mesmo uma fantasia de que não sei, talvez identificar, essas dores essas marcas, porque a princípio a gente acha que é uma coisa só da gente né” E1*

E1 apresentou dificuldade de elaborar na infância e juventude as memórias de violências raciais mas logo após sua vida adulta e com o fortalecimento de sua identidade, conseguiu perceber que toda sua vivência interferiu no seu processo de escolha profissional, pois o curso de psicologia seria um meio de identificar e acessar todo trauma vivido pelo crime do racismo, não seria apenas uma escolha pensada no exercício pleno da profissão e sustentabilidade.

### **Oportunidade e Educação**

O instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), aponta que a diferença de escolaridade entre raças ainda é alta, os dados afirmam que nos últimos anos um número maior da população brasileira conseguiu atingir o nível superior, levando em consideração que o artigo destaca questões de raça além de gênero, percebe-se que:

Entre 1995 e 2015, duplica-se a população adulta branca com 12 anos ou mais de estudo, de 12,5% para 25,9%. No mesmo período, a população negra com 12 anos ou mais de estudo passa de inacreditáveis 3,3% para 12%, um aumento de quase 4 vezes, mas que não esconde que a população negra chega somente agora ao patamar de vinte anos atrás da população branca (IPEA, 2017, p. 2).

*“naquela época, por exemplo, dentro desse movimento de APN's né, é, surgiu o Educafro do Frei Davi, eu lembro, eu conheci o Frei Davi sabe, o Educafro assim, era um sonho e partir dele tem uma senhora que eu conheço, chamo de tia, adotei como tia, é baiana, maravilhosa, tá com oitenta e dois anos, e nesse movimento né, que era, ela criou dentro*

*da casa dela núcleozinho que era tipo educafro que era é os voluntários negros e negras que iam dar aula pros prés-vestibulandos, é, na casa dela, fazendo cursos, e isso daí impactou, formaram algumas pessoas” E1*

Com a narrativa exposta, percebe-se a importância das organizações e núcleos educacionais em suas vidas, porém até quando mulheres negras irão se beneficiar apenas de projetos voluntários? Entende-se que é uma colaboração essencial na trajetória intelectual das mulheres negras, porém não é uma garantia permanente e intergeracional, é necessária a promoção e garantia de direitos e políticas de equidade de forma institucional e permanente, proporcionada pelo estado com foco na luta pela cidadania (Brasil, 2007).

*“eu acredito que boa parte de nós, intimamente, é como se né, assim, se fosse assim, buscasse por talvez essa chavezinha, a cura, a cura, o que pega, e aí eu comecei a frequenatr o moviemnto negro é com, 22, 23 anos né, como, porque eu conhecia uma psicóloga que é a Maria Célia Malaquias, que ela estava fazendo um grupo de mulheres, acredito muito nesse trabalho, viu pesquisadora. Não, não, assim, essa coisa do entender que, que não era uma história única, não era meu, foi a partir dali mesmo, foi a partir desse encontro, eram umas dinâmicas de grupo era um grupo de mulheres de diferentes idades porque ela foi lançando as sementes dela”. E1*

O estudo trouxe livre seu posicionamento sobre a importância do movimento negro em sua vida, muitas mulheres negras só conseguem perceber que suas histórias não são únicas quando se aproximam de outras mulheres negras ou até em grupos de negritude, seja em universidade ou em suas comunidades e para além da afirmação de sua autobiografia, grupos afrocentrados fortalecem a identidade racial e o resgate do protagonismo e autoestima como afirma a E2:

*“já participei de muitas rodas de debate né, tipo, eu ia lá pro jovem de expressão e tinha umas também lá no, na casa do cantador, eu comecei a abrir minha cabeça pra começar a entender, isso foi me deixando mais curiosa pra querer saber, e eu participei também de*

*um grupo de periféricos a gente fazia trabalhos sociais e tudo mais em relação a essas coisas de negritude e dançava também, tipo charme essas coisas assim, aí eu fiquei muito tempo e tive muita presença”. E2*

Esses espaços dão oportunidade para autoafirmação de mulheres negras e ampliação de suas vozes, sendo assim, fica evidente que os grupos afros são considerados lugar de acolhimento e esses dispositivos ocuparam a trajetória de vida das entrevistadas visto como oportunidades, porém é necessário que hajam políticas públicas de equidade que garantam o acesso a educação de qualidade para essas mulheres. A luta do movimento negro contribui com a formação de mulheres negras e fortalece a compreensão de sua ancestralidade e vivências. Gomes (2019) diz em seu livro sobre o Movimento Negro Educador que: “O movimento negro é um dos principais atores políticos que nos reeduca nessa caminhada e não nos deixa desistir da luta, inspirado pelo fortalecimento ancestral que renova as forças e energias” (GOMES, 2019).

### **Considerações Finais**

O estudo permitiu descobrir que a força de trabalho das mulheres negras ainda estão ligadas aos legados históricos de sexismo e racismo que são eixo estruturante inclusive dos papéis ocupacionais das mulheres negras que necessitam ser compreendidos pelos profissionais de saúde e principalmente os terapeutas ocupacionais que se responsabilizam em sua prática, com a promoção de autonomia e desempenho ocupacional dos sujeitos, tal imersão pode representar uma possibilidade de ampliar a forma de cuidado e intervenção, dado que a população negra é a que mais frequentam o serviço público de saúde e demais setores assistenciais.

Há muito a fazer no caminho da desigualdade racial e social no país, sendo assim, é de extrema importância que as universidades, o Sistema Único de Saúde e demais setores da sociedade compreendam esses desdobramentos nos contextos de vida da população negra como um todo e em especial as mulheres negras que são as maiores prejudicadas.

A Terapia Ocupacional tem um papel fundamental no enfrentamento ao racismo e sexismo nas ocupações pois é uma profissão que estimula o pleno exercício e engajamento dos indivíduos em seus papéis ocupacionais, dessa forma, as intervenções frente a essas problemáticas são centradas em promover a participação social de mulheres negras para potencializar as Identidades Negras.

Sugere-se que outras pesquisas se debrucem em outras ocupações para além do trabalho, considerando que para a Associação Americana de Terapia Ocupacional (AOTA), ocupação são as atividades de vida diária, gestão de saúde, descanso e sono, educação, trabalho, brincar/ jogar, lazer e participação social.

## Referências

ABRAMO, Laís, Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro, **Ciência e Cultura**, p. 257–265, Dezembro.

ALVES, Ana Carolina. Injustiça Social Ocupacional: A percepção de mulheres negras.

Brasília-Df. p.4-40, 2018. Disponível em:

[https://bdm.unb.br/bitstream/10483/23891/1/2018\\_AnaCarolinePereiraAlves\\_tcc.pdf](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/23891/1/2018_AnaCarolinePereiraAlves_tcc.pdf)

Análise através da abordagem de dados em painel com os estados do Brasil. Estudos Econômicos (São Paulo) [online]. 2012, v. 42, n. 2 [Acessado 4 Abril 2022] , pp. 229-261.

Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-41612012000200001>>. Epub 29 Jun

2012. ISSN 1980-5357. <https://doi.org/10.1590/S0101-41612012000200001>

APPEL, Michael. A entrevista narrativa: Fundamentos e os ensaios teóricos do caso autobiográfico são apresentados sobre a mudança cultural dos estudos no México. 2005.

Disponível em: <<https://www.ssoar.info/ssoar/handle/document/9182>>.

BENTO, Maria. Mulher Negra no Mercado de Trabalho. 1995. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16466>>. Acesso em: 13 set. 2022.

BRASIL, Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. Saúde Brasil 2013: uma análise da situação de saúde e das doenças transmissíveis relacionadas à pobreza. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

Brasil. Ministério da Saúde (MS). Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Brasília: MS; 2007.

Bruschini, M.C.A. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. Cadernos de Pesquisa [online],37 (132), 537-572. (2007).

Buss, Paulo Marchiori e Pellegrini Filho, Alberto A saúde e seus determinantes sociais. Physis: Revista de Saúde Coletiva [online]. 2007, v. 17, n. 1 [Acessado 29 Março 2022] , pp. 77-93.

Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-73312007000100006>>. Epub 21 Ago 2007.

ISSN 1809-4481. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312007000100006>.

Carrapato, Pedro, Correia, Pedro e Garcia, Bruno Determinante da saúde no Brasil: a procura da equidade na saúde. Saúde e Sociedade [online]. 2017, v. 26, n. 3 [Acessado 2 Abril 2022]

, pp. 676-689. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-12902017170304>>. ISSN

1984-0470. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902017170304>.

CARVALHO, J. R. C. S. . IDENTIDADE E ALTERIDADE EM FRANTZ FANON. Sankofa (São Paulo), [S. l.], v. 13, n. 24, p. 115 - 133, 2020. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/sankofa/article/view/178937>. Acesso em: 4 ago. 2022.

CHARÃO CRISTINA. O longo combate as desigualdades raciais. **IPEA igualdade racial**, Rev. Bras. de Iniciação Científica (RBIC), IFSP Itapetininga, v.8, e21XXX, p. 1-3, 2021.

Disponível em:

<[https://www.ipea.gov.br/igualdaderacial/index.php?option=com\\_content&view=article&id=711](https://www.ipea.gov.br/igualdaderacial/index.php?option=com_content&view=article&id=711)>. Acesso em: 26 jul. 2022.

COFFITO. Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da primeira região.

Disponível em: <https://www.crefito1.org.br/publicacoes/>. Acesso em 4 ago 2022.

DICICCO-BLOOM, B.; CRABTREE, B. F. The qualitative research interview. Medical Education, v. 40, n. 4, p. 314-321, 2006.

Farias MN; Leite Junior JD; Costa IRBB. Terapia Ocupacional e população negra:

possibilidades para o enfrentamento do racismo e desigualdade racial. Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup. Rio de Janeiro. 2018, v.2(1): 228-243.

Ferreira, Claudia Aparecida Avelar. Mulheres Negras no Mercado de Trabalho: Interseccionalidade entre Gênero, Raça e Classe Social. Prog de Pós-Grad em Admin -PPGA/PUC Minas -Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2019.

FISHER, G.; PARKINSON, S.; HAGLUND, L. The Environment and Human Occupation. In: TAYLOR, R. Kioihofner 's Modelo of Human Occupation: theory and application. 5. ed. Philadelphia: WoltersKluwer Health, 2017. 707 p.

Gomes, D., Teixeira, L., & Ribeiro. J. (2021). Enquadramento da Prática da Terapia Ocupacional: Domínio & Processo 4ª Edição. Versão Portuguesa de Occupational Therapy Practice Framework: Domain and Process 4th Edition (AOTA - 2020). Politécnic de Leiria

GUEDES, Bárbara Rodrigues. Apartheid ocupacional de mulheres negras brasileiras: revisão narrativa. 2020. 35 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Terapia Ocupacional)—Universidade de Brasília, Brasília, 2020

IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2017. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf).

IPEA. Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306\\_retrato\\_das\\_desigualdades\\_de\\_genero\\_raca.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_retrato_das_desigualdades_de_genero_raca.pdf).

KIELHOFNER, G. Conceptual Foundations of Occupational. 4. ed. Philadelphia, PA: FA Davies Company, 2009. p. 315.

LUANA PINHEIRO – IPEA; VERA SOARES – UNIFEM; IPEA. Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/retrato/edicoes\\_anteriores.html](https://www.ipea.gov.br/retrato/edicoes_anteriores.html). Acesso em: 28 jul. 2022.

MADEIRA; GOMES, Daiane. Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/FmSRPNOZhrqz9mMVWTJnwqP/?lang=pt>. Acesso em: 26 jul. 2022.

MELO, Passanha, Necropolítica: estratégia de extermínio do corpo negro, **2018**, v. Volume 3, n. Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade, p. 6

Mendes, Maíra Tavares. “Cursinhos Populares Pré-Universitários e Educação Popular: Uma Relação Possível.” Anais Do XI Fórum De Estudos: Leituras De Paulo Freire, 2009.

MORRISON, R.; VIDAL, D. Perspectivas ontológicas da ocupação humana em terapia

MUNANGA, K. Uma abordagem Conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: Cadernos PENESB. Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira. Niterói, Rio de Janeiro. N5. p. 15-23, 2004.

OLIVEIRA, Marinalva; DEMBA, Azenaide; EMMENDOERFER, Magnus; GODOI, Christiane. História Oral e o Método Biográfico: Congruências, Diferenças e Potencialidades de Utilização no Campo da Administração. In: ENEPQ. Brasília-Df. p.1-16,2013.

PINSKY, Jaime. A escravidão no Brasil: as razões da escravidão, sexualidade e vida cotidiana, as formas de resistencia. 21. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

SANTOS, Anderson; JACINTO, Paulo; TEJADA, César. Causalidade entre renda e saúde: uma análise através da abordagem de dados em painel com os estados do Brasil. 2012.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ee/a/L46SYPh5qvncsL93ngmdRdN/abstract/?lang=pt#>

SANTOS, Elisabete Figueroa dos; SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. Fora do jogo?: jovens negros no mercado de trabalho. 2011 . Disponível em

[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-52672011000300004&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672011000300004&lng=pt&nrm=iso). acesso em 15 maio 2020.

SANTOS, Fabiana Pimentel; DAVEL, Eduardo Paes Barreto. Métodos biográficos para a pesquisa em administração: princípios, potencialidades, práticas e desafios. 2021 – p. 430-461.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/read/a/WC5GxzXHgCNTgLt9875kLhQ/?lang=pt&format=pdf>

NASCIMENTO, Abdias. **O GENOCÍDIO DO NEGRO BRASILEIRO: PROCESSO DE UM RACISMO MASCARADO** - Nascimento, Abdias. [s.l.]: Perspectiva, [s.d.], 2016.

Disponível em:

<https://editoraperspectiva.com.br/produtos/genocidio-do-negro-brasileiro-o/>.

